



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACED- FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

SABRINA ARISTEU SIMÕES

**REVISITANDO O CONCEITO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DE ONTEM E
HOJE: O CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO E O MAIS EDUCAÇÃO.**

Salvador

2013

SABRINA ARISTEU SIMÕES**REVISITANDO O CONCEITO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DE ONTEM E HOJE: O CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO E O MAIS EDUCAÇÃO.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Pedagogo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Uilma Rodrigues de Matos Amazonas.

BANCA EXAMINADORA

Uilma Rodrigues de Matos Amazonas (orientador) – Professora Dr.^a
Universidade Federal da Bahia

Nelma Cássia Sandes Galvão – Professora Dr.^a
Universidade Federal da Bahia

Silvia Maria Leite de Almeida – Professora Dr.^a
Universidade Federal da Bahia

Salvador

2013

AGRADECIMENTOS

A produção desta monografia aconteceu graças ao acompanhamento e contribuição de pessoas que me ajudaram na efetivação deste trabalho. Quero registrar meus sinceros agradecimentos:

Primeiramente a Deus, nele deposito toda minha força e fé pra continuar caminhando;

Aos meus pais, por toda dedicação e entusiasmo;

A minha irmã, pela ajuda e paciência;

A Prof.^a Dr.^a Uilma Rodrigues de Matos Amazonas, minha orientadora, pela participação ativa e contribuições para o desenvolvimento do meu trabalho.

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.

Paulo Freire.

RESUMO

O presente trabalho tende a uma discussão sobre a educação e/em tempo integral nas escolas públicas brasileiras. Pretende-se identificar e analisar as propostas desenvolvidas no Programa Mais Educação, adotando como base a experiência de Anísio Teixeira na Bahia nos anos 50. Para tanto, considerou-se o Centro Educacional Carneiro Ribeiro como exemplo de prática para a contribuição de implantação da educação e/em tempo integral no Brasil. O ponto de partida do trabalho consistiu nos levantamentos históricos, correntes filosóficas e sociológicas para desvendar o conceito de educação integral. As Leis da Constituição Federal Brasileira, Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foram utilizadas como instrumentos de estudos para a implantação da ampliação do tempo escolar no Brasil. Os resultados das considerações deste trabalho demonstram que a experiência do Centro Educacional Carneiro Ribeiro foi a concreta experiência de uma escola integral pública de qualidade, entretanto o Programa Mais Educação ainda há muitas lacunas para serem solucionadas na implementação de uma proposta que se encaixe no contexto da concepção de educação e/ em tempo integral.

Palavras-chave: Educação Integral, ampliação do tempo escolar, Programa Mais Educação, Centro Educacional Carneiro Ribeiro.

SUMÁRIO

1 Introdução	7
2 Referencial Teórico: Educação e/em Tempo integral.....	8
3 Mais Educação implantação e execução.....	18
4 A experiência de Educação e/em Tempo Integral na Bahia de Anísio Teixeira nos anos 50 - O Centro Educacional Carneiro Ribeiro.....	36
5 Analisando as duas experiências no contexto da Educação e/em Tempo Integral.....	43
6 Algumas pistas para a conclusão.....	48
7 Referências.....	50

1-Introdução.

Atualmente, a educação vem apresentando desafios e modificações que atraem atenção e acendem espaço para muitas discussões. É caso da Educação Integral, que acerca reflexões filosóficas e sociológicas, e assim poder chegar à ideia de Educação em Tempo Integral, a referida ampliação da jornada escolar.

No Brasil, em decorrência do movimento escolanovistas nos anos 20, se desenvolve as ideias de educação integral, que foram implantadas em algumas escolas no País, para a melhoria da qualidade da escola pública brasileira.

Em consequência do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, é aprovada a proposta de Anísio Teixeira para a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro.

Durante transformações socioeconômicas em que o Brasil se encontrava, e com o processo de industrialização na Bahia na década de 50, no campo educacional, Anísio Teixeira implantou o CECR que preparava o sujeito integralmente, oferecendo as melhores condições para a vida, e além do aprender a ler e escrever existia a preocupação na formação dos valores da pessoa humana e cidadãos participativos na sociedade.

Concordando com Darcy Ribeiro, quando, na apresentação do livro já citado de Terezinha Éboli (1971), afirma: “Costumo dizer que a Escola-Parque foi feita para nos ensinar a escola que o Brasil fará no dia em que tomar juízo”.

Na tentativa de proporcionar uma escola pública de qualidade para todos, seja no campo estadual ou municipal, os governantes vem propondo o aumento da permanência dos alunos na escola de forma a superar o modelo tradicional. Desse modo, surgiram programas e projetos destinados a educação em tempo integral, e alguns ainda estão em andamento.

Entretanto, em 24 de abril de 2007 surge a proposta do Programa Mais Educação designado pela Portaria Normativa Interministerial nº 17, baseado na proposta de uma política de educação integral de iniciativa do Governo Federal, que pretende a ampliação do turno escolar para sete horas diárias, ofertando atividades diversificadas desenvolvidas na escola.

Diante dessas considerações, o presente trabalho traz uma revisão histórica e conceitual de Educação e/em Tempo integral, a execução e implantação do Programa Mais Educação, a experiência de Anísio Teixeira na Bahia nos anos 50 com a implantação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro e sua contribuição para escola pública brasileira, a análise entre diferenças e semelhanças entre as duas experiências.

2- Referencial Teórico: Educação e/em Tempo Integral.

Há uma certa confusão conceitual na discussão entre Educação Integral e Escola de Tempo Integral, principalmente quando se trata de formação escolar. Nesse sentido, é preciso esclarecer os conceitos para a compreensão de que não é apenas uma questão de extensão do tempo escolar para aprender melhor, envolve também questões filosóficas, reflexões sociológicas, político-pedagógicas e administrativa, voltadas para uma educação transformadora.

O conceito de educação integral teve sua origem no século XIX, com o socialismo, em meio movimento operário, teve como utopia a emancipação humana, assim uma revolução social poderia por fim à exploração do capitalismo.

Surgem as concepções teóricas e pedagógicas do anarquismo chamada de educação libertária, que por sua vez exigia do Estado burguês métodos que favorecesse o proletário, numa perspectiva de liberdade. Os anarquistas veem a liberdade como princípio básico para o convívio social, em que os proletariados buscassem a sua emancipação.

Para o anarquista russo Mikhail Bakunin (1814-1876), com o processo de cultural e o desenvolvimento da civilização, o homem vai aos poucos se libertando das fatalidades naturais, construindo seu mundo e conquistando a sua liberdade. Conforme Bakunin,

“[...]para que os homens sejam morais, isto é, homens completos no sentido mais lato do termo, são necessárias três coisas: um nascimento higiênico, uma instrução racional e integral, acompanhada de uma educação baseada no respeito pelo trabalho, pela razão, pela igualdade e pela liberdade, e um meio social em que cada indivíduo, gozando de plena liberdade, seja realmente de direito e de fato igual a todos”(O socialismo libertário, p.50).

Desse modo, percebe-se que na visão socialista, a educação integral é um processo de formação permanente, uma vez que o ser humano é um ser em constante mutação e construção, e envolve a sociedade em ativa inter-relação numa perspectiva libertária, em que o homem se faz plenamente humano, e o processo educativo deve contribuir para superar a alienação.

Um dos elementos importantes para a educação integral é a formação profissional, contudo a profissão é dinâmica e o profissional tem sempre que buscar o conhecimento, que é uma superação da alienação, mantendo-se atualizado. O filósofo socialista Pierre-Joseph Proudhon (1809 – 1865), deixa isso claro,

Está claro que a indústria, assim como as ciências, não pode ser dividida, nem reduzida à rotina, sob pena de perecer: o homem, cujo gênio circunscrito a uma profissão não saiba de nada das demais e que, por acréscimo, seja incapaz de reduzir seu ofício às suas noções elementares e dar sua teoria, é como aquele que, tendo aprendido a firmar seu nome como quem faz uma rubrica, não sabe nada sobre o restante do alfabeto (PROUDHON, 1975, p. 271).

No ponto de vista anarquista, a educação integral interage o trabalho manual ao trabalho intelectual, o que possibilita ao trabalhador a consciência da prática do seu trabalho. Nesse sentido cabe citar Bakunin (1979, p. 38):

[...] estamos convencidos de que no homem vivo e completo cada uma destas duas atividades, muscular e nervosa, deve ser igualmente desenvolvida e que, longe de se anularem mutuamente, cada uma delas deve apoiar alargar e reforçar a

outra: a ciência do sábio se tornará mais fecunda, mais útil e mais vasta quando o sábio deixar de ignorar o trabalho manual, e o trabalho do operário instruído será mais produtivo que o do operário ignorante. Donde se conclui que, no próprio interesse tanto do trabalho como da ciência, é necessário que não haja mais operários nem sábios, mas apenas homens.

Conforme Gallo (2002), Paul Robin (1837 – 1912), pedagogo e militante do movimento, estruturou uma prática pedagógica com base na concepção de educação integral, e no período de 1880 a 1884 assumiu a direção do Orfanato Prévost em Cempuis na França desenvolveu uma experiência de educação integral.

Na concepção anarquista, segundo afirma Gallo (2002), a prática da educação integral desenha-se como articulação de três instâncias básicas: a educação moral, a educação intelectual e a educação física (que se subdivide em manual, profissional e esportiva).

A educação intelectual é imprescindível para ter acesso ao patrimônio cultural humano, tampouco pode ser desprezado já que foi produzido coletivamente, sendo importante passar isso para os indivíduos. Entretanto, segundo Bakunin (1979), a educação e a instrução são elementos de fundamental importância para a conquista da liberdade, pois é através da educação – seja aquela institucional, realizada nas escolas, seja aquela informal, realizada pela família e pela sociedade como um todo – que as pessoas entram em contato com toda a cultura já produzida pela humanidade. Na visão do pedagogo Robin,

A educação intelectual merece, por si mesma, o título de integral quando tem como fim o desenvolvimento proporcional de todas as faculdades do homem, que existem na criança como gérmen, não temos o direito de deixar que se atrofiem, nem reprimir nenhuma, seja a imaginação, o juízo ou a memória. Por instrução integral! Entendemos que o aluno deve adquirir, não como se dizia antigamente “luzes” de tudo, um banho superficial, mas sim sólidas noções, justas, claras e positivas, ainda que muito elementares, de todas as ciências e de todas as artes. O método de educação correspondente a tal programa terá também o caráter integral, empregando em uma proporção equilibrada todos os meios de exercitar as faculdades, de fazer nascer as ideias e de comunicar as noções (*apud* Dommanget, 1972, *op. Cit.*, p. 358).

Em sintonia com Gallo (2002), a educação física é dividida em três aspectos: educação recreativa e esportiva, educação manual e educação profissional. Assim, a recreativa e esportiva tem o foco nos exercícios corporais, para o amadurecimento e socialização física do corpo. Já o manual é voltado para o sensório-motor. E por fim o profissional, que é a formação para o trabalho, sendo de grande importância que o indivíduo conheça as diversas profissões para que possa escolher a atividade que lhe dê prazer e a possa desenvolver com competência o seu trabalho.

É importante ressaltar que a educação integral no modelo anarquista compreende a educação moral como um dos aspectos mais importante, modela-se nos valores fundamentais de uma sociedade libertária, solidária e igualitária. Um exemplo, na citação de Sébastien Faure,

Prepara a criança, desde o uso da razão, para o exercício das faculdades mais nobres, acostuma-se à responsabilidade, ilumina o juízo, enobrece o coração, fortalece a vontade, exercita os esforços mais fecundos, estimula os impulsos mais generosos, atrai sua atenção para as consequências dos seus atos, favorece o espírito de iniciativa, multiplica as atividades, centuplica as energias, desenvolve maravilhosamente a personalidade. Constrói lentamente, porém de forma segura, um ser digno, sem arrogância, orgulho e altivez, um ser apaixonado pela independência tanto dos outros como dele, respeitoso da vontade do próximo da mesma maneira que quer ser respeitado, zeloso de seus direitos e disposto a protegê-los (*in* Moriyón, 1989, *Educação libertária*, p. 138).

Portanto, em sintonia com a concepção anarquista, uma educação integral no processo educativo é parte de uma proposta de conscientização das múltiplas dimensões do ser humano, e nesse processo de libertação e conscientização entre educadores e educandos, deve contribuir para estabelecer uma sociedade mais democrática e justa.

Essa ideia de educação integral chegou ao Brasil no final do século XIX com imigrantes europeus que vieram para trabalhar na cafeicultura, trazendo ideias da pedagogia libertária, no entanto interpretado com diversas formas

pelas mais diferentes correntes de pensamento educacional brasileiro, desde os reformistas católicos aos socialistas anticlericais.

Os reformistas católicos seguiam as ideias da corrente filosófica enfocada no pensamento de John Dewey (1859 – 1952), na percepção de educação como “reconstrução da experiência”, como afirma o próprio Dewey, “processo pelo qual uma cultura é transmitida de geração para geração, acontecendo por meio da comunicação de hábitos, atividades, pensamentos e sentimentos dos membros mais velhos da cultura aos mais novos” Ozmon; Craver (2004: 151).

Segundo Cavaliere (2002), no Brasil, a compreensão pela qual a concepção de educação integral se desenvolveu passa, necessariamente, pela história do pensamento e das práticas educacionais reformadoras, reunidas na Escola Nova. Essas práticas podem ser encontradas principalmente nas ações de Anísio Teixeira (1900 – 1971), tratava a educação integral uma vez que, “isto é, uma educação que não se limita a ensinar a ler, escrever e contar, mas que procura desenvolver na criança uma série de hábitos “sadios, inteligentes e belos”. (Teixeira, 1930: 202).

Na década de 20, aparecem novas ideias de educação integral no movimento escolanovistas pautadas na liberdade, no progresso, na autodisciplina e na cooperação para construir uma nação democrática. Entretanto, conforme Monarcha (1989), dessa maneira a instrução pública deveria superar os limites dos padrões cívico-nacionalistas e torna-se ponto de partida de reconstrução, de regeneração social e moral.

Desse modo, a educação integral pode ser observada no trecho do documento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, dirigida “ao povo e ao governo”:

Mas, o direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e proclama o dever e considera a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições. (GHIRALDELLI JR. , 1997, p.61).

Nesse sentido conforme Paro (1988), essa proposta não tinha o sentido de ampliação da jornada escolar. Ela tendia na verdade, alterar o papel da escola em função educativa, mediante a elevação da qualidade da educação com vistas a formar o homem integral “ou verdadeiro cidadão”.

Em 1932 surgem as ideias do Movimento Integralista Brasileiro, e adiante em 1935 se transforma em partido político, em sua concepção de Educação Integral apresentava conservadorismo elitista. De acordo com Cavaliere (2002), essa ideia se pautava nos valores do sacrifício, sofrimento, disciplina e obediência. Para tanto, os indivíduos deveriam ser moldados para servir os interesses do “Estado Integral”.

A educação em tempo integral é vista como um processo em que a criança passa a permanecer na escola no período de extensão do tempo diário acerca de atividades escolares. As primeiras propostas de educação em tempo integral surgem com as “Instituições Totais” conforme Goffman (1996), existiam principalmente na Inglaterra até a Idade Moderna, que consistiam em moradias onde residia um grupo de internados, gerenciado por uma equipe dirigente, onde realizavam atividades educativas, formativa e terapêutica. Essa formação era garantida às elites.

Também, vale ressaltar os espaços educativos das “Comunidades Morais”, segundo Durkheim (1978), designados à formação de guerreiros, monges, sábios, clérigos, príncipes, homens de armas ou de letras e até os operários.

Na perspectiva da discursão no contexto da educação integral, na década de 20 no Brasil, apontam algumas necessidades da sociedade brasileira a serem supridas pela educação. Assim, vão surgindo alguns elementos para a proposta de escola em tempo integral.

Conforme Cavaliere (2004, p.1028), “as experiências de escolas em tempo integral foram feitas no Brasil de maneira esparsa ao longo do século XX

“pautadas “pelo discurso da Escola Nova, sendo Anísio Teixeira quem mais se dedicou a escrever e agir para implementação de algumas delas”.

Analisando as ideias da escolanovista nesse período, Jorge Nagle analisa que,

“[...]ao destacar a superestima determinados aspectos técnicos da escolarização, o movimento escolanovista deslocou o enforcamento fundamental político que a questão da educação popular tivera até então; como consequência, deu origem a um tipo de análise interna, cujos resultados só poderiam interessar a determinadas camadas da clientela escolar, principalmente ade alguns núcleos urbanos – um dos tipos de otimismo pedagógico que se desenvolve na década de vinte – se dá a gradual substituição da dimensão política técnica, isto é, a substituição de um modelo mais amplo por um outro mais restrito de percepção da problemática educacional.” (Nagle, 1974: 258).

Portanto, é importante demonstrar a organização das escolas no Brasil dos tempos passados. Chaves (2002) lembra que nos primeiros anos da República do Brasil, final do século XIX, o ensino primário era organizado de forma precária. A escola nesse período se caracterizava por apenas um professor e uma classe, com alunos de vários níveis de desenvolvimento, tornando um sistema de ensino inadequado. Mais tarde, houve a união dessas escolas, e constituíram o que ficou nomeado “o grupo escolar”, de acordo com Souza (1998), sugerindo o início de uma escolarização em massa, caracterizado com turmas homogêneas, várias salas de aula e vários professores.

Percebe-se que esse modelo de ensino organizou espaços de recreação, estruturas de salas de aula, definiram cronogramas para os conteúdos aplicados em sala, e espaço para leitura.

Segundo Paro (1988), no ano de 1920, encontra-se o movimento chamado por Nagle (1974: 262-4) de “entusiasmo pela educação”, na qual a característica marcante era a supervalorização da educação como fator para resolver todos os problemas sociais, políticos e econômicos do País. Assim, toda a população teria acesso a escola, acabaria com analfabetismo para

transformar as pessoas em cidadãos de fato, aptos a participar da política e também contribuir para uma nação rica e democrática.

Conforme Chaves (2002), a escola primária vai compondo novas necessidades sociais, propiciando a formulação das bases que ficou conhecido como educação integral, e desse modo, “com uma intencionalidade ordenadora cada vez mais explícita, ao se integrar ao projeto político do país, essa nova escola dá início a uma série de ações pedagógicas que têm como objetivo formar novos hábitos e atitudes”.

Deste modo, a escola primária em tempo integral, seria um processo educacional de qualidade, voltada não só para aprender a ler e escrever, mas, para a formação do cidadão capaz de ajudar a transformar a sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, é importante destacar Arroyo (1988, p.4), que define dois traços da educação integral. O primeiro é o “formador”, tem a finalidade de oferecer uma experiência educativa total, que aja na mente e no corpo, que discipline o tempo e o espaço. O segundo é o “preventivo”, que procura “criar um tipo de ideal do homem, com hábitos, valores e conhecimentos diferentes, em oposição à maneira de ser, saber e se comportar do vulgo ignorante, incivilizado e pervertido”.

É interessante citar o que estabeleceu o Artigo 65 da Lei nº 1.846 de 1925, sobre a escola primária integral e que aperfeiçoou o ensino baiano,

“A escola primária será sobretudo educativa, buscando exercitar nos meninos os hábitos de observação e raciocínio, despertando-lhe o interesse pelos ideais e conquistas da humanidade, ministrando-lhes noções rudimentares da literatura e história pátria, fazendo-os manejar a língua portuguesa como instrumento de pensamento e da expressão: guiando-lhes as atividades naturais dos olhos e das mãos mediante formas adequadas de trabalhos práticos e manuais, cuidando, finalmente, do seu desenvolvimento físico com exercícios e jogos organizados e o conhecimento das regras elementares de higiene, procurando sempre não esquecer a terra e o meio a que a escola deseja servir, utilizando-se o professor de todos os recursos para adaptar o ensino às particularidades da região e do ambiente baiano.” (Apud Nagle, 1974: 212).

Entretanto, Anísio Teixeira afirma que, “a escola acaba por adquirir um papel social e cultural bastante grande [...]”. (Teixeira, 1930: 202). As inovações pedagógicas elaboradas por Anísio Teixeira foram elaboradas a partir dos princípios da escola progressista, isto é, a partir das ideias de Dewey e Kilpatrick, objetivando um projeto educacional democrático e de qualidade. Em meio essas inovações, durante os anos de 1922 a 1935 no Rio de Janeiro, começa a desenvolver algumas iniciativas pedagógicas que têm por objetivo uma consolidação desde a escola primária, passando pela secundária e se estende até a universidade, por mediação de Anísio Teixeira e seus diretores de instrução pública. Nesse sentido, cabe citar:

Em 1924 se inicia, no Rio de Janeiro, a fase mais intensa de reconstrução de semelhante estado de coisas. Um período laborioso de estudo, exame de consciência e experimentação parcial de soluções, procurando um ajustamento dos meios aos fins, precede a reforma totalitária e de perspectivas mais corajosas de 1928 (Teixeira, 1930: 150).

Mas, somente na década de cinquenta, as inovações pedagógicas voltadas para a educação integral foram de fato ganhando solidez na concepção de educação escolar ampliada. Segundo Paro (1988), a preocupação era tanto com a quantidade quanto a qualidade na escola pública, e sendo assim, não era apenas um local de *instrução*, mas também de formação *integral*. E na defesa de um horário integral (Teixeira, 1994, p. 63), é constituído:

[...] restituir-lhe [à escola] o dia integral, enriquecer-lhe o programa com atividades práticas, dar-lhe amplas oportunidades de formação de hábitos de vida real, organizando a escola como miniatura da comunidade, com toda a gama de suas atividades de trabalho, de estudo, de recreação e de arte.

Anísio Teixeira adota os princípios da Escola Nova para desenvolver seu projeto educacional voltado à educação em tempo integral, proferindo a escola à vida, preocupando-se não só com uma escola de letras, mas na formação de pessoas que possam refletir, e construir hábitos de participar e pensar numa sociedade democrática:

[...] a escola já não poderia ser a escola predominantemente de instrução de antigamente, mas fazer as vezes da casa, da família, da classe social e por fim da escola, propriamente dita, oferecendo à criança oportunidades completas de vida, compreendendo atividades de estudo, de trabalho, de vida social e de recreação de jogos (TEIXEIRA, 1994, p.162).

Nesse caso, ele acredita que “função integral” das escolas devem, “[...] organizar-se de sorte que a criança encontre ali um ambiente social em que ela viva plenamente. A escola não pode ser uma simples classe de exercícios intelectuais especializados” (Teixeira, 1930 :23).

Nos anos de 1927 e 1928, Anísio Teixeira em sua ida aos Estados Unidos, participa de cursos na Columbia University, e em suas visitas as diversas instituições conhece o sistema *Platoon*, que segundo Chaves (2002), tinha como objetivo estruturar o ensino sob o ponto de vista do trabalho, do estudo, da recreação, uma vez que se acreditava que a educação deveria abarcar todos os aspectos da natureza infantil. Deslumbrado com o sistema *Platoon*, Teixeira resolveu experimentar essa proposta no Brasil, com a finalidade de oferecer à educação brasileira uma nova forma.

Na Bahia, em 1950 na cidade de Salvador, Anísio implanta o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), idealizado na percepção da escola em período integral e formação do cidadão, tendia atender jovens das classes populares, e era composto de quatro escolas-classe e uma escola-parque.

Desse modo, o CECR adotava a concepção da escolanovista, voltado para a formação das camadas populares, e assim, a escola teria a função de colaborar na solução dos problemas sociais.

É válido ressaltar que as propostas escolanovistas apresentam uma limitação teórica no campo da educação brasileira que,

“está no fato de representar mais uma forma de transplante cultural e de pedagogismo, isto é, de interpretação do fenômeno educacional sem ter claro as verdadeiras relações que ele estabelece com o contexto do qual é parte. Assim sendo, (elas) acabam por acreditar ser a educação um fator determinante na mudança social. E tal crença evidencia que, em realidade, o fenômeno educacional está sendo concebido

como isolado do contexto, uma vez que a ação que este exerce sobre aquele não é bem definida.” (Ribeiro, 1986, p. 95).

Passado trinta anos, na década de 80 houve algumas experiências de tempo integral nas escolas públicas, destacando-se os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) no Rio de Janeiro, PROFIC (Programa de Formação Integral da Criança) em São Paulo, CIEMs (Centros Integrados de Educação Municipal) em Porto Alegre e os CEIs (Centros de Educação Integral) em Curitiba.

Na década de 90, foi instituído o CIAC (Centro Integrado de Apoio à Criança), originado do Projeto Minha Gente, sob responsabilidade do Governo Federal, implantada em várias escolas de Ensino Fundamental do país com a finalidade de inserir o horário integral.

Posteriormente, Segundo Paro, Ferretti, Viana e Souza (1988), com a crise econômica e o problema da violência, o poder público passa a atribuir à escola a função de cuidar preventiva e/ou corretivamente dessa processo, nesse sentido as questões sociais tendem a sobrepor-se à dimensão pedagógica quando se trata da proposta de tempo integral.

Hoje, pode-se notar que a proposta da escola em tempo integral é retomada por governos municipais e estaduais como recurso para solucionar a questão da violência e dos grandes problemas da educação.

3- Mais Educação: implantação e execução.

O Programa Mais educação foi criado no ano de 2007, para ampliar a jornada das quatro horas para sete horas diárias, sendo que pesquisas mostram que a maioria das escolas da América Latina já tem essa carga horária, e o Brasil é considerado o país que tem menos horas diária no setor escolar.

Nesse âmbito, surge o Programa Mais Educação, designado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, Artigo 205 - "A educação, direito de todos e

dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral, possibilitando a todos o direito de aprender, por meio de atividades socioeducativas.

O Mais Educação visa promover a educação integral, por meio de projetos ou ações de articulação políticas sociais e da prática de atividades sócio educativas, no âmbito da ampliação do tempo e espaço escolar, oferecidas gratuitamente para crianças, adolescentes e jovens.

A ideia de Educação Integral está associada a concepção do direito de aprender como essencial, de modo a contribuir para a transformação da sociedade, não só exclusivamente no espaço da escola, que assume o papel de fundamental importância no sentido de garantir acesso a cultura produzida pela humanidade, mas no ambiente familiar e comunitário. Nesse sentido, essas ideias encontram-se na legislação educacional brasileira e podem ser contempladas:

Na Constituição Federal, no artigo 205:

Artigo 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No Estatuto da Criança e do Adolescente Lei n.º8.069/1990 art. 4º e seu parágrafo único, considera o bem-estar da criança,

[...] dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, que a ela devem assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária [...].

É citado a ampliação do tempo escolar na Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 9394/1996), no artigo 34:

A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. [...]"

“§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino[...].

Na Lei nº10.172/01 do Plano Nacional de Educação (PNE), que no capítulo relativo ao Ensino Fundamental, metas relativas à implantação do tempo integral, aprova a “Meta nº 21” – qual seja: “Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente” (BRASIL 2001).

No Plano Nacional de Educação no decreto nº 6.253/07, foi estabelecido e definiu que “a educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo estudante permanece na escola ou em atividades escolares” (art. 4º). Além disso, o PNE apresenta como meta, promover a participação das comunidades na gestão das escolas, incentivando o fortalecimento e a instituição de Conselhos Escolares.

A Educação em Tempo Integral também concilia as ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação, o qual prevê que a formação do estudante seja feita, além da escola, com a participação da família e da comunidade.

Para a implantação do Mais Educação, o MEC se utiliza da Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, em que a proposta educacional da escola de tempo integral promoverá a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores

sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis.

O Mais Educação aborda uma construção de atuação Interministerial entre as políticas públicas educacionais e sociais, colaborando tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, e valorizando a cultura brasileira. Por isso põe em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT e, da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República, por meio do Programa Escolas-Irmãs, conta com o apoio do Ministério da Defesa.

O Programa fica a cargo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Com as seguintes finalidades:

- Contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora;
- Promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades;
- Integrar as atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes;
- Promover, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais participantes, a capacitação de gestores locais;
- Contribuir para a formação e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens;

- Fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não governamentais e esfera privada;
- Fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros;
- Desenvolver metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do Poder Público em territórios mais vulneráveis;
- Estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Apesar de ser criado em 2007, o Programa só se efetiva em 2008, com a participação de 1.409 escolas públicas estaduais e municipais de ensino fundamental localizadas em 54 municípios de 25 estados e o Distrito Federal. Está presente na resolução nº 19, de 15 de maio de 2008 do FNDE/CD: “[..]A necessidade de estimular a ampliação da jornada e espaço escolares para o mínimo de sete horas diárias, em conformidade com o “Programa Mais Educação”, visando à implementação da Educação Integral na rede pública de ensino com atividades nas áreas de aprendizagem, culturais e artísticas, esportivas e de lazer, de direitos humanos, de meio ambiente, de inclusão digital e de saúde e sexualidade;3/33[...] (art. 14, Seção IV, Capítulo V, do Anexo I, do Decreto n.º 6.319)”.

Para implantar o Programa, em 2009, foram selecionadas unidades escolares estaduais de ensino médio dos 10 estados com baixo IDEB, assim como atende prioritariamente escolas situadas em capitais, regiões metropolitanas e grandes cidades em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social que requerem a convergência prioritária de políticas públicas e educacionais nesse nível, e unidades escolares de ensino fundamental a partir do conjunto dos seguintes critérios:

- Termo de compromisso Todos pela Educação assinado pelo Estado ou Município;

- Regularidade junto ao Programa Dinheiro Direta da Escola- PDDE, conforme resolução CD/FNDE nº 04, de 17/03/2009;
- Unidades escolares estaduais ou municipais onde foi iniciado o Programa em 2008;
- Unidades escolares estaduais ou municipais localizadas nas regiões metropolitanas ou no entorno das capitais com mais de 100 mil habitantes, com IDEB, apurado em 2007, baixo em relação a média do município;
- Unidades escolares estaduais ou municipais localizadas em municípios com mais de 50 mil habitantes em estados de pouca densidade populacional que atuarão como pólos locais;
- Unidades escolares estaduais ou municipais localizadas em municípios atendidos pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça.

O público atendido pelo Mais Educação deve ser considerado com o objetivo de suavizar as desigualdades educacionais por meio da jornada escolar. De acordo com a SECAD/ MEC, sugere-se adotar como critérios para definição das crianças, adolescentes e jovens, os seguintes indicadores:

- Estudantes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência;
- Estudantes que congregam seus colegas – incentivadores e líderes positivos (âncoras);
- Estudantes em defasagem série/idade;
- Estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º / 5º anos), nas quais há uma maior evasão na transição para a 2ª fase;
- Estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), nas quais há um alto índice de abandono;
- Estudantes de séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência.

É de responsabilidade de cada escola, no contexto do seu projeto político pedagógico específico e em diálogo com sua comunidade, que irão definir quais e quantos alunos participarão das atividades do Programa, sendo importante que o conjunto da escola compartilhe das escolhas.

De acordo com o Manual de Educação Integral, selecionada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC (SECAD/MEC), no exercício de 2009, para a adesão do Programa Mais Educação as escolas, por mediação de suas UEx- Unidade Executora, pré-selecionadas pela SECAD/MEC e validadas pelas respectivas EEx- Entidade Executora, conforme os critérios definidos pelo FNDE, deverá preencher o “Plano de Atendimento da Escola”, disponível no site do FNDE, após atualização dos dados cadastrais das UEx a que estão vinculadas, informar corretamente as atividades e o número de alunos que participará de cada atividade, via PDDE-Web. De acordo com a Resolução nº 19, de 15 de maio de 2008, Art. 3º, os recursos do PDDE serão destinados às escolas definidas pelos incisos I e II do art. 1º, por intermédio de suas Entidades Executoras (EEx), Unidades Executoras (UEx) e Entidades Mantenedoras (EM). Parágrafo único. Por Entidade Executora (EEx), Unidade Executora (UEx) e Entidade Mantenedora (EM) entende-se o órgão ou instituição responsável pela formalização dos processos de adesão e habilitação e pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos transferidos.

Aprovados os Planos de Atendimento da Escola pela SECAD, a EEx a que as escolas estão vinculadas deverá encaminhar o “Plano de Atendimento Geral e Consolidado” que necessitará ser assinado pelo dirigente da EEx (Secretário Estadual de Educação ou Prefeito, com identificação da assinatura) e encaminhado a SECAD, habilitando as escolas ao recebimento do repasse dos recursos. É imprescindível para a liberação dos recursos o encaminhamento do Plano de Atendimento Geral Consolidado.

Desse modo, as escolas também poderão contar com apoio financeiro dos governos estaduais e municipais, e, conforme a SECAD/MEC, para o financiamento do Mais Educação algumas questões são notáveis:

- O montante de recursos de cada escola será liberado em uma só parcela, considerando as necessidades de 11 meses letivos, ainda que não consecutivos em virtude de férias escolares e será calculado com base no Plano de Atendimento da Escola, para custear pequenas compras e contratações de serviços, ressarcimento dos monitores e aquisição de kits para o desenvolvimento das atividades escolhidas;
- As UEx, representativas das escolas deverão escolher, de acordo com o projeto político pedagógico das unidades escolares, as atividades a serem desenvolvidas para implementação da Educação em tempo Integral, distribuídas em, pelo menos, três macrocampos das áreas, com o mínimo de cinco e o máximo de dez atividades oferecidas.
- Os trabalhos dos monitores serão considerados de natureza voluntária, na forma definida na Lei nº 9.608, de 1998 e o ressarcimento de despesas deverá seguir o parâmetro de acordo com o número de turmas. Calculando de acordo com o número de turmas monitoradas é limitado ao máximo de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Tratando-se dos recursos financeiros com mediação do PDDE que destina-se às escolas públicas das redes municipais, estaduais e do Distrito Federal, e para a implantação da Educação em Tempo Integral propõem :

- Ressarcimento de despesas de alimentação e transporte de monitores;
- Contratação de pequenos serviços e aquisição de materiais de consumo;
- Aquisição de kits de materiais (definidos no Manual de Educação Integral para obtenção de apoio financeiro através do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE).

A gestão é imprescindível nas ações de estratégias para o desenvolvimento das atividades constituídas no Programa, desse modo a

SECAD/MEC recomenda a criação dos Comitês Locais do Programa Mais Educação de acordo com a recomendação da Escola e Conselho Escolar de quatro representantes, consistindo em: um coordenador geral, um representante pedagógico para intersectorialidade, um representante de assuntos comunitários e um representante para execução financeira e prestação de contas do plano de ação local. Propõe-se que seja paritário com dois representantes da direção da escola e dois do conselho escolar. É aconselhado ainda pela SECAD/MEC a criação de Comitês Metropolitanos do Mais Educação com a participação do coordenador geral dos Comitês locais e indicação de três representantes de cada EEx e representantes de Universidades locais. Vale ressaltar, que a gestão intersectorial do Programa se dará de forma articulada, nos territórios, em três níveis, buscando-se a aproximação entre programas, ações e projetos já existentes. Lembrando que não há recursos disponíveis e diretos designados aos gestores do Mais Educação.

Nesse sentido, o diretor da escola tem a função de estimular a participação, o compartilhamento das decisões e de informações com professores, funcionários, alunos e suas famílias. Também, gerar o debate sobre Educação Integral nas reuniões pedagógicas, nos conselhos de classe, de planejamento nos espaços do Conselho Escolar e assegurar a tomada coletiva das decisões acerca das escolhas pressupostas do Programa Mais Educação e garantir a transferência (exposições, prestações de contas dos recursos recebidos), conforme a SECAD/MEC.

Tratando-se dos monitores, ainda não há um perfil definido para a função de professor voluntário com a carga horária de 20 horas semanais para atuar no Mais Educação, mas pode-se levar em conta algumas características consideráveis, por exemplo, aqueles que participam dos trabalhos da comunidade e que tem um vínculo com a escola, desse modo a SECAD/MEC recomenda:

- A não utilização de professores da própria escola para atuarem como monitores e nem a utilização de alunos de séries mais

avançadas da mesma escola, exceto que os mesmos tenham habilidades teóricas e práticas comprovadas para tal;

- As atividades de monitoria deverão ser desempenhadas, preferencialmente, por estudantes universitários de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades ou com habilidades específicas, como por exemplo, instrutor de judô, mestre de capoeira, contador de histórias comunitário, etc. No caso que se disponibilizem a orientar os alunos participantes da atividade, e que possam transformar em atividade formativa e/ou prazerosa para o próprio monitor voluntário, dentro ou fora da escola, em espaços previamente definidos em comum acordo com a escola, não devendo, em nenhuma hipótese, ser compreendidas como trabalho precarizado.

Na situação em que se encontra a Educação Integral, o projeto político pedagógico precisa ser organizado considerando as experiências que são vividas na escola sem ficar limitado ao meio da sala de aula e aos conteúdos que concebem os saberes científicos. Nessa perspectiva, é importante pensar em uma organização curricular que possa oferecer aos estudantes atividades que possam desenvolver diferentes linguagens e valorização da sua cultura.

Desse modo, as atividades se dividem em 10 macrocampos, onde cada escola deverá escolher no mínimo 5 e um máximo de 10 atividades. De acordo com a SECAD/MEC para a escolha dos macrocampos, pela UEx, deverá constar obrigatoriamente uma atividade do macrocampo “Acompanhamento Pedagógico”, podendo as demais atividades escolhidas pertencerem a macrocampos diferentes ou, ainda ter uma ou mais atividades de um mesmo macrocampo, desde que sejam contemplados no mínimo três macrocampos.

Conforme o manual para a Educação Integral selecionada pela SECAD/MEC, foram estabelecidas as seguintes ementas para as atividades dos macrocampos:

1- ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO (OBRIGATÓRIA): Apoio metodológico, procedimentos e materiais, voltados às atividades pedagógicas e lúdicas para o ensino e a aprendizagem da matemática, de práticas de leitura e escrita, de história, geografia e das ciências, contextualizadas em projetos de trabalho educacional e de acordo com a necessidade e com respeito ao tempo de aprendizado de cada criança, adolescente e jovem.

- Matemática: Compreensão dos processos básicos da construção do pensamento lógico-matemático, resolução de problemas cotidianos por meio dos conhecimentos matemáticos. Potencialização de uma aprendizagem matemática significativa, contemplando a interdisciplinar com outros campos do saber escolar.
- Letramento: Leitura do mundo através da leitura da palavra escrita. Produção, expressão e interpretação de diversos contextos e discursos culturais, exercitando a prática social da linguagem (escrita e leitura). Conhecer a relação e a integração entre oralidade, escrita e letramento. Variação linguística e juízo social: o preconceito linguístico.
- Ciências: Compreensão dos aspectos biológicos e dos aspectos sociais (culturais) do ser humano e do mundo que o cerca. Problematização das ciências da natureza e das ciências ambientais. O compromisso do ser humano na sustentabilidade do planeta.
- História e Geografia: Compreensão dos aspectos geográficos (físicos e humanos) e contextos históricos (sociais, políticos e culturais), necessários para compreensão do espaço/tempo locais, regionais, nacionais e mundiais.
- Filosofia e Sociologia: Leitura, debates e aprofundamento de reflexões sobre o homem e seu contexto, no sentido de sistematizar análises sobre sua existência, visão de mundo e das relações que se efetivam na sociedade.

2- MEIO AMBIENTE: Desenvolvimento de ações e processos estruturantes de educação ambiental, numa perspectiva sistêmica e integrada, abrangendo: o planejamento interdisciplinar, a inserção qualificada de temas socioambientais no currículo e de ações educadoras integradas ao projeto pedagógico da escola; o fortalecimento do diálogo escola/comunidade; a construção da Agenda 21 na Escola; e a articulações em rede de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida-Com-Vidas.

- Com-Vidas,- Agenda 21 na Escola: Construção de espaços dialógicos, democráticos e participativos que promovam o intercâmbio entre escola e comunidade. Fortalecimento da educação para a sustentabilidade, com ações de combate a práticas relacionadas ao desperdício, à degradação e ao consumismo, visando à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Constituição e/ou fortalecimento da Com-Vida – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola.
- Hora Escolar e/ou Comunitária: Implantação da horta como um espaço educador sustentável, que estimule a incorporação, a percepção e a valorização da dimensão educativa a partir do meio ambiente, bem como produza aprendizagem múltiplas e significativas.

3- ESPORTE E LAZER: Atividades baseadas em práticas corporais e lúdicas através de oficinas esportivas promotoras de práticas de sociabilidade, com ênfase no resgate da cultura local bem como o fortalecimento da diversidade cultural. No seu desenvolvimento deve prevalecer o sentido lúdico, a livre escolha na participação e a construção pelos próprios sujeitos envolvidos de valores e significados da prática dessas atividades, com criticidade e criatividade. Deve-se ressaltar o duplo aspecto educativo do esporte e do lazer; a possibilidade de educar para e pelo esporte e lazer.

Isso significa o acesso ao conhecimento de novas práticas esportivas e de lazer e, as reflexões resultantes dessas práticas.

- Recreação e lazer: Socialização pelas práticas recreativas e o desenvolvimento de jogos recreativos, como meio de incentivar a busca de uma harmonia entre qualidades mentais e físicas. Priorização do brincar como elemento fundamental da constituição da criança e do adolescente.
- Atividades esportivas: Desenvolvimento de habilidades e fundamentos dos esportes por meio da prática de jogos; de artes marciais e yoga com vistas ao desenvolvimento físico, cognitivo e motor dos alunos. Incentivo à inclusão social e socialização. Atividades esportivas oferecidas: atletismo, ginástica rítmica, corrida de orientação, ciclismo, tênis de campo, voleibol, basquete, basquete de rua, futebol, futsal, handebol, tênis de mesa, judô, karatê, taekwondo, natação.
- Xadrez tradicional: Desenvolvimento da capacidade intelectual e do raciocínio-lógico promovendo a observação, a reflexão, a análise de problemas e busca de soluções, a socialização, a inclusão e a melhoria do desempenho escolar.
- Xadrez virtual: Desenvolvimento do raciocínio-lógico e o gosto dos alunos para atividades intelectuais: observação, reflexão e análise; a interação dos alunos com a informática e a promoção da socialização e inclusão digital por meio do jogo de xadrez virtual.

4- DIREITOS HUMANOS: Promoção de uma cultura democrática, pautada nos direitos humanos e no respeito, promoção e valorização da diversidade – incentivando iniciativas voltadas para a promoção do reconhecimento da diversidade sexual e o

enfrentamento ao sexismo e a promoção dos direitos de criança e adolescentes – como um desafio central para a escola contemporânea. Reconhecimento de que professores e professoras ocupam uma posição relevante na construção de valores e práticas condizentes com uma sociedade justa e democrática em que estes devem ser oferecidas ações de formação na área de direitos humanos, estratégicas para a consolidação de uma educação inclusiva e integral. Fortalecimento e desenvolvimento de metodologias de Educação e Direitos Humanos, em atendimento aos planos Mundial e Nacional de Educação em Direitos Humanos.

5- CULTURA E ARTES – Estudo de obras literárias e incentivo a leitura; Introdução à teoria estética e história da arte; Realização de atividades de Arte na Educação (Cênicas, Músicas, Visuais), considerando a cultura clássica e a cultura popular e o conceito de Multiculturalismo.

- Leitura: Fruição e leitura de obras que tenham por receptor o público infantil e infanto-juvenil, desde as fontes populares – fábulas, poesia e prosa. Incentivo a prática da leitura e ao hábito de ler em crianças e jovens. Trabalho com projetos de literatura infantil e infanto-juvenil.
- Banda fanfarra: Desenvolvimento do gosto pela música como instrumento para o desenvolvimento integral e como prática socializadora. Familiarização com diferentes ritmos e arranjos musicais. Compreensão da construção musical, especialmente da utilização da voz como elemento de constituição do sujeito.
- Canto coral: Desenvolvimento do gosto pela música como instrumento para o desenvolvimento integral e como prática socializadora. Familiarização com diferentes ritmos e

arranjos musicais. Compreensão da construção musical, especialmente da utilização da voz como elemento de constituição do sujeito.

- Hip Hop: Valorização das expressões culturais juvenis como expressões de cidadania, identidade e enraizamento local/global, entre elas o hip hop. Estimular o protagonismo juvenil na concepção de projetos culturais, sociais e artísticos a serem desenvolvidos na escola ou na comunidade.
- Danças: Organização de danças coletivas (regionais, clássicas e modernas) que permitam apropriação de espaços e ritmos e possibilidades de subjetivação de crianças, adolescentes e jovens.
- Teatro: Promoção por meio de jogos teatrais de processos de socialização, de criatividade, realçando o processo histórico e os valores humanos, fundamentais na relação humana. Desenvolver nos alunos capacidade de comunicação verbal e escrita em um processo de reconhecimento de suas atuações e práticas sociais.
- Pintura: Estudo teórico e prático da linguagem pictórica. Desenvolvimento intelectual, por meio do ato de criação, emocional, social, perceptivo, físico, estético e criador tendo como mote a pintura. Utilização de técnicas tradicionais, contemporâneas e experimentais das formas de pintura.
- Grafite: Abordagem do grafite como representação gráfica. Diferenciação entre pichação e grafite. Introduzir as produções atuais em grafite. Desenvolvimento intelectual. Por meio do ato de criação, emocional, social, perceptivo, físico, estético e criador tendo como mote o grafite.
- Desenho: Proporcionar uma visão das principais práticas relacionadas ao desenho. Experimentações a partir do ato de desenhar e oferecer diferentes possibilidades de produção artística. Por meio do ato de criação buscar os desenvolvimentos intelectuais, emocionais, sociais,

perceptivos, físicos, estéticos e criador tendo como mote o desenho.

- Escultura: Introduzir ao estudante as principais questões da escultura contemporânea. Iniciar o estudante nos procedimentos de preparação e execução de uma obra escultórica e criar oportunidade de livre experimentação técnica, expressiva e conceitual nesta linguagem. Por meio do ato de criação buscar os desenvolvimentos intelectuais, emocionais, sociais, perceptivos, físicos, estéticos e criador tendo como mote a escultura.
- Percussão: A utilização da música – percussão como elemento de desenvolvimento cultural, social, intelectual, afetivo e emocionais de crianças e adolescentes, recriando as dimensões humanas, estéticas, éticas, sociais e – porque não dizer – as dimensões do sentir, do prazer, da alegria, da esperança usando como elementos formativos a fabricação de instrumentos a partir de sucatas e o ensino da percussão.
- Capoeira: Incentivo à prática da capoeira como motivação para o desenvolvimento cultural, social, intelectual, afetivo e emocional de crianças e adolescentes, enfatizando os seus aspectos culturais, físicos, estéticos, éticos e sociais, a origem e evolução da capoeira, seu histórico, fundamentos, rituais, músicas, cânticos, instrumentos, jogo e roda e seus mestres.

6- INCLUSÃO DIGITAL – Utilização do microcomputador e de redes nas atividades educativas. Noções Básicas de Informática. Fornecimento de conceitos básicos de informática, familiarizando os educandos com o equipamento e os termos técnicos. Utilização do computador e da informática nas atividades escolares realçando as possibilidades de aprendizagem possibilitadas pela inclusão digital.

- Informática e tecnologia da informação: Promover a apropriação crítica das Novas Tecnologias de Informação e

Comunicação, contribuindo para a alfabetização tecnológica e formação cidadã de crianças e adolescentes. Utilização dos recursos da informática e conhecimentos básicos de tecnologia da informação no desenvolvimento de projetos educativos dentro dos espaços escolares e na comunidade.

7- **PROMOÇÃO DA SAÚDE** – Contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica com ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, por meio de atividades educativas incluídas no projeto político pedagógico (projetos interdisciplinares, teatro, oficinas, palestras, debates, feiras) em temas de saúde como saúde bucal, alimentação saudável, cuidado visual e auditivo, práticas corporais, educação para saúde sexual e reprodutiva, prevenção ao uso de drogas (álcool, tabaco e outras) e prevenção à violência. Promovendo assim a uma cultura de prevenção e promoção à saúde e vulnerabilidades, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de educação e de saúde.

8- **EDUCOMUNICAÇÃO** – Criação de “ecossistemas comunicativos” nos espaços educativos, que cuidem da saúde e do bom fluxo das relações entre as pessoas e os grupos humanos, bem como do acesso de todos ao uso adequado das tecnologias da informação.

- Jornal Escolar: Utilização de recursos de mídia impressa no desenvolvimento de projetos educativos dentro dos espaços escolares. Construção de propostas de cidadania engajando os alunos em projetos de colaboração para a melhoria das relações entre pessoas, que discutam questões ligadas a construção de projeto de vida, sexualidade, saúde, meio

ambiente e ao combate de todas as formas de discriminação e preconceito, entre outras.

- Rádio Escolar: Utilização dos recursos da mídia rádio no desenvolvimento de projetos dentro dos espaços escolares. Construção de propostas de cidadania engajando os alunos em projetos de colaboração para a melhoria das relações entre as pessoas, que discutam questões ligadas a construção do projeto de vida, sexualidade, saúde, meio ambiente, ao combate de todas as formas de discriminação e preconceito, entre outras.
- História em Quadrinhos: Utilização das Histórias em Quadrinhos para desenvolvimento de projetos educativos dentro e fora dos espaços escolares incentivados ao aluno para o desenvolvimento do gosto pela leitura além de habilidades literárias e estético-visuais.

9- EDUCAÇÃO CIENTÍFICA – Contribuir com a educação científica na escola e comunidade tornando a ciência e a tecnologia melhor conhecidas por meio da organização, manutenção e acompanhamento de exposições, demonstrações, experimentos e exposições. Incentivo às escolas que escolherem esta atividade a participarem de Feira de Ciência, a inscreverem-se no Prêmio Ciências do Ministério da Educação e/ou a concorrerem na Olimpíada Brasileira de Ciências.

10- EDUCAÇÃO ECONÔMICA E CIDADANIA - Atividades baseadas em experiências que motivem o exercício do empreendedorismo, para o consumo consciente, responsável e sustentável dos recursos naturais e materiais e que promovam a participação no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos de controles sociais e fiscais, por meio da atuação de professores, educandos do ensino médio da comunidade em geral voltadas para o desenvolvimento dessas ações educativas.

No entanto, pela análise dos documentos, não ficou claro quando o Programa Mais educação vai se constituir em espaço de inspiração para implantar a educação integral.

4–A experiência de Educação e/em Tempo Integral na Bahia de Anísio Teixeira nos anos 50 - O Centro Educacional Carneiro Ribeiro.

É considerável relatar a concretização da mais clara experiência de educação integral no Brasil, nos inícios da década de 50 na Bahia, o CECR- Centro Educacional Carneiro Ribeiro, fundada por Anísio Teixeira (1900-1971), resultante do ensino com autoeducação, onde os alunos participavam das atividades com total responsabilidade, com a finalidade de melhorar a qualidade de ensino, voltada para crianças chamadas por Anísio de “propriamente abandonadas”.

Conforme Borges (1990), a ideia associada ao projeto do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, era um plano de educação que contemplasse o “homem comum, preparando-o para uma “civilização técnica e industrial, em mutação”, desse modo,

“No plano de reconstrução da sociedade brasileira da época estava embutida a proposta de recuperar, restaurar e reconstruir a educação pública, e em particular a escola pública primária. Eram estas ideias que norteavam o discurso do professor Anísio Teixeira. Ao pensar e executar um plano de educação para a Bahia, propunha-se restaurar a dignidade da escola primária, contar a simplificação destrutiva a que esta se reduzira: um curso primário de poucas horas de duração, de ensino abstrato, livresco e decorativo. Era preciso pensar um Plano Educacional para o Estado da Bahia que contemplasse o “homem comum”, preparando-o para uma “civilização técnica e industrial, em mutação.” (BORGES, 1990, p. 152).

Sendo assim, era preciso realizar um plano de educação que existisse interação educador-educando, o cultivo do amadurecimento da realidade

individual da criança e/ou jovem, e também, voltada para a preparação do homem na inserção do trabalho.

Nesse período, aconteceram grandes transformações socioeconômicas, um grande marco foi à instalação da Petrobras no recôncavo baiano, iniciando o processo de industrialização na Bahia, decorrentes de pesquisas, exploração e apuro de petróleo. Desse modo, de acordo com Borges (1990), com essa marco surgiu novos grupos sociais bem demarcados em relação a estrutura social anterior, aparece uma nova classe social, o operariado, e também os funcionários não operários, diversificados por operações e salários, que constituirão a força de trabalho marcante desta nova atividade econômica.

Portanto, devido a crescente urbanização ligada ao processo de industrialização, aparecem os problemas socioeconômicos de saúde, moradia, transporte, alimentação e educação.

Em 1947, Otávio Mangabeira, governador da Bahia na ocasião, preocupado com a falta de assistência infantil, decorrentes dos problemas sociais e econômicos que afetam diretamente a segmentos mais pobres, encarregou Anísio Teixeira, seu secretário da educação para organizar um projeto para reparar a devida situação do sistema vigente.

Anísio Teixeira, preocupado com a situação da educação do povo baiano, estabeleceu um plano que consistia em a ampliação da escolaridade comum e obrigatória estando presente a intenção democrática, que levaria a criação de um centro educação popular em nível primário que funcionaria em tempo integral.

De acordo com Borges(1990) , a Escola Parque surgiu no momento de redemocratização da sociedade brasileira, em um contexto de industrialização, com uma concepção de escola primária gratuita, para o homem comum.

O Centro foi programado para ser implantado nos bairros da Liberdade, Caixa D'água, Pero Vaz e Pau Miúdo, por serem áreas populosas, onde residiam grupos de famílias pobres. Com a colaboração dos arquitetos

Diógenes Rebouças e Hélio Duarte, deu início a construção dos projetos de Anísio para a mais completa escola de educação em tempo integral da América Latina, com capacidade para quatro mil alunos aproximadamente.

Segundo Éboli (1971), em linhas gerais o projeto de construção do Centro, incluíam:

- Quatro Escolas-classe de nível primário para mil alunos cada, com funcionamento em dois turnos;
- Uma Escola-parque, com sete pavilhões, destinados às camadas práticas educativas, onde os mesmos alunos completavam sua educação, em horário diverso, de maneira a oferecer àqueles meninos o dia completo de permanência em ambiente educativo.

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro foi inaugurado parcialmente no dia 21 de setembro de 1950 no bairro da Liberdade em Salvador, nomeado por Otávio Mangabeira em homenagem ao educador baiano, sendo destacado como a primeira parte do projeto das três escolas-classe, tornando-se o único Centro de Educação Popular da Bahia que foi implantado, concluindo a obra em 1964 com a construção da Escola-Classe 4.

Foram diversas dificuldades enfrentadas por Anísio Teixeira para a construção do CECR, entre conflitos de professores e da sociedade. No livro *Chaves para ler Anísio Teixeira* de Stela Borges de Almeida (1990), mostra as pesquisas de jornais e manifestos da época que criticavam o projeto de Anísio.

Anísio em seu discurso de inauguração do CECR, assegurou:

‘Não se pode fazer educação barata – como não se pode fazer guerra barata. Se é a nossa defesa que estamos construindo, seu preço nunca será demasiado caro, pois não há preço para a sobrevivência. Mas aí, exatamente, é que se ergue a grande dúvida nacional. Pode a educação garantir-nos sobrevivência? Acredito que responderão todos afirmativamente a essa pergunta. Basta que reflitamos sobre a inviabilidade da criatura humana ineducável (Teixeira, 1994, p.176).’

Durante a implantação do Carneiro Ribeiro, o Estado da Bahia era o responsável pelos os custos de manutenção das escolas classes e escola Parque.

No CECR foram construídos quatro pavilhões onde aconteciam o ensino de letras e ciências, chamada de Escolas-Classe, e uma Escola-Parque, designada para as atividades sociais e artísticas, de trabalho e educação física. Sendo assim o aluno passará um turno na Escola-Classe e o outro turno na Escola-Parque.

As Escolas-Classe estão localizadas: na Liberdade a Escola-Classe 1, no Pero Vaz a Escola-Classe 2, na rua Marquês de Maricá a Escola-Classe 3, na rua Saldanha Marinho, Caixa D'água a Escola Classe 4. E a Escola- Parque situada também no bairro da Caixa D'água.

De acordo com Ébooli (1971), o CECR tinha como objetivos gerais,

- Dar aos alunos a oportunidade de maior integração na comunidade escolar, ao realizar atividades que os levam à comunicação com todos os colegas ou com a maioria deles;
- Torná-los conscientes de seus direitos e deveres, preparando-os para atuar como simples cidadãos ou líderes, mas sempre como agentes do progresso social e econômico;
- Desenvolver nos alunos a autonomia, a iniciativa, a responsabilidade, a cooperação, a honestidade, o respeito a si mesmo e aos outros.

Assim, a ideia de educação integral foi tomando forma por meio do Carneiro Ribeiro, já que Anísio se preocupava com a organização do sistema educacional, proferindo educação à vida, complementando a escola primária não só a leitura e escrita, mas no desenvolvimento de cidadãos participativos e ativos na sociedade.

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro foi planejado para ser exemplo: “Foi com o objetivo de oferecer um modelo para esse tipo de escola primária

que se projetaram na Bahia o Centro Carneiro Ribeiro, que constitui a primeira demonstração.” (Teixeira, 1962, p. 25).

Como afirma Rocha (1995), a proposta de Anísio ressalta o ensino como arte e inserção cultural:

“Parece-me que a ideia de autonomia dos que estão envolvidos no processo educativo, acoplada à necessidade do reconhecimento daquele que se educa, a rigor inverte o traço fundo da política pública de educação que se implantou no país, exatamente porque se recusa a estabelecer modelos de educação. Penso que, neste aspecto, o ideário de Anísio faz uma ponte com a tese que resgata o valor do direito civil como fundamento de uma cidadania contemporânea (Rocha, 1995, p. 41).”

Nas Escolas-Classe, os alunos permaneciam por quatro horas estudando as chamadas matérias de ensino: aritmética, linguagem, ciências e estudos sociais. Em seguida os estudantes eram conduzidos para a Escola-Parque, onde ficavam mais quatro horas realizando atividades diversas, e assim finalizavam o seu tempo integral.

Conforme Borges (1990, p. 155), o projeto pedagógico da Escola Parque destinava-se a formar o homem comum, preparando para a vida em sociedade. Sendo assim, a Escola-Parque é importante para o conjunto desse sistema educacional, nela os alunos eram agrupados por idade e por suas preferências na realização das atividades, Éboli (1971) descreve as atividades encontradas no CECR:

- 1- Setor de Trabalho (artes aplicadas, industriais e plásticas): As técnicas em que se ocupam os alunos são as seguintes: desenho, cartonagem, encadernação, ou simples recuperação de livros, artefatos de couro, de metal, de madeira, modelagem, cerâmica, cestaria, alfaiataria, corte e costura, bordados diversos, confecção de bonecas e bichos, tapeçaria e tecelagem. Frequentam o Setor de Trabalho alunos de 9 a 14 anos que escolhem técnicas do seu interesse, no ato da inscrição em turmas, o desenho é a atividade que todos os alunos realizam, pois é fundamental para as outras técnicas.

- 2- Setor de Educação Física e recreação (jogos, recreação, ginástica, etc.): Os objetivos são: saúde da criança, aproveitamento condigno das horas de lazer; formação do caráter e afirmação da personalidade; preparação pré-vocacional dos maiores para o campo dos esportes. As atividades neste setor são organizadas em planos mensais pela coordenação técnica, e abrange as seguintes áreas: a) atitudes naturais (correr, saltar, arremessar, etc.); b) jogos (motores, sensoriais, adaptados às condições físicas e psíquicas das crianças); c) atividades rítmicas (marchas, galopes, saltitos, ao som de ritmos, palmas, contagem, tamborim, brinquedos cantados, danças regionais e folclóricas); d) atividades ginásticas (jogos ginásticos (método francês), calistenia, método sueco, desportiva generalizada, método austríaco, ginástica feminina moderna, ginástica de solo e em aparelhos); e) iniciação desportiva (princípios técnicos essenciais, processos pedagógicos, jogos pré-esportivos ou grandes jogos); f) desportos, basquete, voleibol e futebol.
- 3- Setor Socializante (grêmio, jornal, rádio-escola, banco e loja): Os objetivos das atividades desse setor são: dar aos alunos a oportunidade de maior integração na comunidade escolar, ao realizar atividades que os levam à comunicação com todos os colegas ou a maioria deles; prepara-los para atuar na comunidade, conscientes de seus direitos e deveres, como agentes do progresso social e econômico; desenvolver lhes a autonomia, a iniciativa, a responsabilidade, a cooperação, a honestidade, o respeito a si e aos outros.
- 4- Setor Artístico (música instrumental, canto, dança e teatro): O trabalho realizado neste Setor coloca-se bem acima da média das atividades artísticas encontradas nas escolas brasileiras, as atividades desenvolvidas pelos alunos são consideradas por eles tão importante como qualquer outra, de classe. As atividades de música tem o objetivo de oferecer ao aluno, ainda que sem aptidão, oportunidade de, através de meios pedagógicos adequados, aprender música, desenvolver o amor pela música e prepara-lo para pratica vocal e instrumental. As aulas de dança são de dois tipos: a

dança moderna baseada nos movimentos livres e as danças folclóricas. As atividades de teatro constam de pesquisas, preparo de peças, desenhos de vestimentas e cenários, exercícios de dicção, improvisação, canto e dança.

- 5- Setor de Extensão Cultural e Biblioteca (leitura, estudo, pesquisa, etc.): A Biblioteca funcionava com as seguintes atividades: leitura, estudo-livre ou dirigido, pesquisa, hora do conto, jornal mural, exposições, teatro de sombra e fantoche.
- 6- Direção e Administração Geral do CECR (Currículo, Supervisão e Orientação Educativa): A direção geral do CECR era exercida pela professora Carmen Spínola Teixeira, junto com uma equipe de professoras primárias, coordenavam o trabalho de assistência e orientação às classes, visitava as classes em horários regulares e sistemáticos, registravam em diários, para posterior debate em reunião de grupos, as observações dos problemas surgidos.
- 7- Assistência médico-odontológica para os alunos: Gabinete médico atendia diariamente na Escola-Parque, e nas Escolas-Classe quatro gabinetes dentários que contavam com o pessoal designado pela Secretaria de Saúde do Estado e o material era fornecido pela direção geral do Carneiro Ribeiro.
- 8- Assistência Alimentar : Num grande pavilhão, a cantina fornecia alimentação para todos os alunos, grupos de professores, estagiários, bolsistas, funcionários e visitantes com mais de uma refeição por dia.

As Escolas-Classe funcionou de 1956 a 1962, em dois turnos regulares, organizadas em turmas homogêneas considerando a idade do aluno, onde aprendiam as matérias obrigatórias, que são: Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências, Francês e Religião.

Conforme Éboli (1971), a Escola-Classe consistia na “desgradação escolar” que consiste em :

- A) Abolir a “repetência” de consequências tão funestas para o aluno, a família, a comunidade e para o Estado, do ponto de vista

psicológico, social e econômico, e estabelecer promoção automática;

- B) Situar o aluno dentro do seu grupo etário, evitando-se situações de constrangimento, inibição, desânimo, desistência de estudo ou falsa superioridade;
- C) Garantir ao aluno matriculado a permanência na Escola durante 7 anos a que tem direito, qualquer que seja seu aproveitamento, de acordo com as suas possibilidades;
- D) Regularizar a matrícula, com o início da frequência escolar aos 7-8 anos e término aos 13.

Três das Escolas-Classe eram consideradas experimentais ou integradas, com a intenção de entrosamento do trabalho de classe com o que era realizado na Escola-Parque, relata Èboli (1971).

Com tudo, diversidade e enriquecimento de cultura, o CECR tornou-se o grande modelo de escola integral e educação primária no país. Em simples palavras, era uma Escola boa preparatória, sendo uma solução para os problemas vividos no contexto em que se encontrava a sociedade.

5- Analisando as duas experiências no contexto da Educação e/em Tempo Integral.

A proposta de Anísio Teixeira no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, se distingue, também, da ideia do Programa Mais Educação por reconhecer que a educação integral é a ascendência da autonomia de sujeitos individuais e coletivos.

O CECR foi proposto como solução para o sistema educacional que predominava na época do crescimento econômico, realizando atividades de instrução e ampla forma de aprender.

Já o Mais Educação, tem como maior propósito a permanência do aluno na escola em tempo integral participando de atividades extracurriculares, porém se escola aumenta a carga horária escolar e simplesmente reporta o padrão convencional, perde o objetivo de ampliação das oportunidades de

aprendizagem. Como critica Arroyo (1988), ela serve apenas como um ambiente destinado a socialização dos alunos do que à instrução.

Sendo assim, o período complementar não é apenas uma questão de espaço físico escolar, mas que nesse turno permita condições necessárias para a aprendizagem do aluno. Sobre isto, Costa (1997) pontua:

“A descentralização pedagógica tem como objetivo principal trazer para o espaço da escola a reflexão sobre o ensino e a busca de alternativas para superar o fracasso escolar, situação crônica nas redes de ensino público do País. Nessa perspectiva, a descentralização pedagógica concorrerá para a autonomia escolar à medida que a escola for capaz de formular propostas específicas a partir do conhecimento da situação local.” (COSTA, 1997, p.46).

A experiência do CECR foi concreta, e se comprometeu com as mudanças da sociedade moderna e industrializada, preparando os alunos para o mercado de trabalho, no entanto, em meio ao Programa Mais Educação não é notado essa preocupação com a preparação para a “vida ativa” na comunidade. Segundo Gouveia (2006), “a escola torna-se portadora da tarefa de formação dos homens para a sociedade, sendo responsável pelos aperfeiçoamentos físicos, moral e intelectual das crianças” (GOUVEIA, 2006, p. 77).

No CECR havia a participação ativa dos alunos nas atividades oferecidas, na vivência do Mais Educação, percebe-se que nem todos os alunos frequentam os cursos ofertados, além disso a escola não proporciona uma boa quantidade de atividades.

Tendo em vista a importância da participação no contexto de educação integral, como escreve Cavaliere (2002):

“Educação integral, significando uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e culturais com o objetivo de reconstrução das bases sociais para o desenvolvimento democrático, o qual só poderia se dar a partir de indivíduos intencionalmente formados para a cooperação e a participação”. (CAVALIERE, 2002, p. 01).

Os professores do CECR passavam por toda uma formação para poderem atuar nas atividades ministradas por eles, no Programa Mais Educação as aulas são desenvolvidas por voluntários da própria comunidade, ou seja, não há um preparo, treinamento ou formação destes professores.

Sobre a formação continuada, Coelho (2002) salienta:

“Falar sobre a educação continuada do professor não é algo tão simples quanto parece: há diferentes concepções para essa formação, desde as mais tradicionais, que a visualizam como um conjunto de “cursos em serviço ou fora dele”, quanto as que a consideram válida quando propõem um “processo de reflexão sobre a própria prática”. Se atentarmos para esses dois grandes eixos, verificaremos que, à sua amplitude, correspondem fatias ideológicas distintas”. (COELHO, 2002, p.135).

Ambos projetos estimularam a permanência da criança no contra turno escolar por meio de atividades socioeducativas, sendo que o Centro Educacional Carneiro Ribeiro tinha o objetivo a partir dessas atividades desenvolver a personalidade do aluno, por meio do senso crítico e das artes, aberto para novas ideias e a capacidade de trabalhar produtivamente, e o Programa Mais Educação tem a intenção de reduzir a taxa de reprovação e evasão escolar com tal proposta.

Desse modo, Éboli (1971) relata sobre a educação complementar no CECR:

“A Educação Complementar é a ampliação e o melhoramento do ensino primário adaptado às necessidades atuais. Considerando que a maioria dos que frequentam o CECR se encaminha para as atividades de trabalho, sua direção resolveu alongar períodos de escolaridade comum obrigatória, introduzindo no currículo do complementar atividades e disciplinas tradicionalmente integradas ao curso secundário, há uma combinação de atividades práticas de iniciação profissional e artesanato com as disciplinas teóricas” (ÉBOLI, 1971, p. 24).

Outro diferencial do Centro Educacional Carneiro Ribeiro era o funcionamento da Biblioteca que atendia alunos, professores e funcionários, bem estruturada com uma grande diversidade de livros e atividades que

ajudam no desenvolvimento da prática da leitura e desenvolvimento criativo dos estudantes.

A escola que propõe o funcionamento de uma dupla jornada escolar, deve se preocupar com a repetição de tarefas e metodologias. Nas duas propostas, Programa Mais Educação e Centro Educacional Carneiro Ribeiro, pode-se notar atividades variadas de esportes, cultura e artes, mas é importante ressaltar a experiência das atividades de trabalho oferecidas pelo CECR e ampla quantidade de tarefas ofertadas.

Éboli (1971) refere o trabalho como característica de formação da personalidade, “O trabalho revela, assim, para estes alunos um sentido bem diferente de tributo ou castigo, mais do que disciplinador da sociedade, é ele próprio, em toda a sua amplitude, razão e objetivo da vida humana”. (ÉBOLI, 1971, p. 41).

No Centro Educacional Carneiro Ribeiro, os alunos tinham direito a assistência médica-odontológica, setor de grande importância para a saúde, já no Mais Educação, as crianças não são contempladas por este benefício.

Assim, Éboli (1971) descreve o Setor Médica-Odontológica do CECR:

“Funciona na Escola-Parque o gabinete médico com atendimento diário, e , nas Escolas-Classe, quatro gabinetes dentários que contam com o pessoal designado pela Secretária de Saúde do Estado e o material é fornecido pela direção geral do CERC”. (ÉBOLI, 1971, p.71).

Tanto o CECR quanto o Programa Mais Educação, oferecem aos alunos materiais didáticos, fardamentos, produtos de festas, jogos, como recursos para o turno integral.

Conforme Anísio Teixeira (1994), no intuito de atingir aos fins da educação, a escola deveria ser um ambiente bonito, moderno e acolhedor. O CECR era composto por grandes prédios, amplos e modernos, com uma estrutura para atender os alunos em sala de aula, ginásio, biblioteca, setor de trabalho, setor artístico. No Programa Mais Educação não é disponibilizado

uma infra-estrutura de qualidade e a inexistência de uma área adequada para a realização das atividades.

Entre esses determinantes, fica claro que o Centro Educacional Carneiro Ribeiro está mais próximo do contexto da Educação e/em Tempo Integral, compreendendo as suas múltiplas práticas educativas e preocupação em formar o homem para as suas virtudes e contribuir para a democracia, bem estruturado, permitindo aos alunos atendimento médico e odontológico, ou seja, um espaço completo para suprir todas as necessidades educacionais e assistenciais das crianças, sendo assim, um espaço escolar público de qualidade.

Portanto o Programa Mais Educação proporcionou uma boa tentativa no intuito da extensão do turno na escola com as atividades socioeducativas, mas é preciso melhorar a proposta e possibilitar formação para os professores, ampliar as atividades de lazer, esportes e culturais, aprimorar na infraestrutura do colégio para poder receber esses alunos no contra turno escolar.

Desse modo, vale ressaltar os argumentos pontuados por Buarque (1994),

“[...] Em qualquer país do mundo onde haja um mínimo de compromisso educacional, o sistema prevê horário integral de atendimento à escola. [...] Uma das provas do reacionarismo de nossas elites está na forma como a direita sempre repudiou o horário integral nas escolas públicas, ao mesmo tempo em que garantia a seus filhos a educação complementar nas escolas especiais. [...] Um argumento pedagógico contra seis horas na escola – excesso de aulas – deixa de reconhecer que a escola não é apenas “aulas”, ela deve incorporar atividades paralelas. [...] O horário integral não deve significar uma carga maior de aulas. Deve significar atividades adicionais, complementares, por professores adicionais”.(BUARQUE, 1994, p.136 – grifos).

Logo, os programas e escolas que adotarem a proposta em tempo integral devem buscar uma educação que proporcione oportunidades diversas de aprendizagem para os alunos, professores, funcionários e comunidade.

6- Algumas pistas para a conclusão.

A princípio, a análise sobre as experiências de educação integral das escolas públicas brasileiras, não termina com este trabalho e suas opiniões.

Nesse sentido, cabem algumas perguntas: A proposta de educação em tempo integral nas escolas públicas brasileiras pode ser um componente de progresso? De que maneira a escola pode contribuir para a formação do homem integral?

A escola além da formação cognitiva tem como função maior o desenvolvimento humano, de tal modo, garantir a todos o domínio do conhecimento como componente fundamental para a participação na sociedade.

Ao idealizar sobre uma jornada escolar ampliada, é preciso utilizar-se de uma proposta diferente da condição atual existente. Não se pode desenvolver atividades de qualidade sem os devidos recursos e com a precariedade das instalações nas escolas.

O Mais educação contribuiu para implantação da educação integral na medida em que foi possível cumprir uma carga horária maior de atividades pedagógicas nas escolas e os alunos se beneficiaram disso adquirindo mais conhecimento, incluindo no seu currículo novos conteúdos além do currículo formal.

No entanto, as atividades do Mais Educação ainda não seguem uma lógica do currículo formal nem sempre são conteúdos que contribuam para desenvolver melhor processos de aprendizagem dos alunos.

O sucesso da experiência de Anísio Teixeira no Centro Educacional Carneiro Ribeiro foi concreta, visto que o educador idealizou uma escola pública de qualidade que atendesse todas as necessidades dos alunos, colocando de lado o processo centralizador, defendendo a descentralização, a distinção educativa e a simplificação das transmissões dentre os modos de ensino e a articulação.

Entretanto, os conteúdos do Mais Educação são os mesmos oferecidos pelas escolas classes da experiência de Anísio Teixeira em 1950, sendo que o CECR tinha uma lista mais ampla de atividades oferecidas.

No Carneiro Ribeiro havia a avaliação da aprendizagem dos alunos acompanhando o desempenho escolar, logo, o Mais Educação não faz avaliação da aprendizagem formal, nem reprova alunos mesmo aqueles que só se matricula e nunca frequenta as atividades, ao contrario são incluídos e computados como alunos atendidos pelo Programa.

Nesse sentido, o Programa Mais Educação vem apresentando mais pontos negativos do que positivos. Como positivo, a diminuição de crianças e jovens nas ruas, o benefício de três refeições diárias, durante a permanência na escola. Por outro lado, os pontos negativos se destacam, como o financeiro, estrutural, político, pedagógico e até mesmo o desconforto dos professores com o valor da bolsa paga que não está compatível com o trabalho que o Programa se destina.

Em razão disso, é fundamental que a ação educativa em tempo integral, proporcione novas oportunidade, avanços nos aspectos da personalidade, responsabilidade e pensamento crítico. É preciso refletir essas questões, de modo como a escola precisa formar essas crianças e adolescentes.

7- Referências.

ARROYO, Miguel González. O direito ao tempo da escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 65, p. 3-10, maio 1988.

BAKUNIN, Mikhail. **O socialismo libertário**. São Paulo: Global, 1979b.

BORGES, Stela de Almeida. O PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA CONCRETIZADO: Escola Parque, paradigma escolar. In: LOVISOLO, Hugo; SERPA, Luiz Felipe; BORGES, Stela de Almeida (Orgs.). **Chaves para ler Anísio Teixeira**. Salvador/BA: EGBA/Universidade Federal da Bahia, 1990.p.141-174.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal,1988.

____. **Portaria Normativa Interministerial nº 17**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio educativas no contraturno escolar. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 abr. 2007.

____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.ráfico, 1988. 292 p.

____.**Lei nº10.172/01**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília/DF, 2001. D.O.U. de 10.01.2001.

____. **Lei n.º8.069, República Federativa do Brasil**, de 13 de julho de 1990 (“Estatuto da Criança e do Adolescente”), art. 4º e seu parágrafo único.

____.**Plano Nacional de Educação**. Brasília/DF. MEC: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7/10**, de 14 de dezembro de 2010- CNE, Brasília/DF, 2010.

BUARQUE, Cristovam. **A Revolução nas prioridades**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CAVALIERE, Ana Maria Vilela. A educação integral na obra de Anísio Teixeira. In: **Jornada de Pesquisadores no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ**, 6., 2004, Rio de Janeiro. [Anais...]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

_____. **Educação Integral: uma nova identidade para escola Brasileira**. Campinas/SP: Educação & Sociedade, 2002

CHAVES, Miriam Waidenfeld. Educação Integral: uma proposta de inovação pedagógica na administração escolar de Anísio Teixeira no Rio de Janeiro nos anos 30. In: COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Vilela (Orgs.). **Educação brasileira e (m) tempo integral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. P. 45-59.

COSTA, Vera Lúcia Cabral (Org.) **Gestão Educacional e descentralização**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

DOMMANGET, Maurice. **Los grandes socialistas y la educación**. Madrid: Fragua, 1972.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

ÉBOLI, Therezinha. **Uma Experiência de Educação Integral**, Fundação Getulio Vargas, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1971.

FERRETTI, Celso João; SOUZA, Denise Trento; PARO; Vítor Henrique; VIANNA, Cláudia Pereira. **Escola de Tempo Integral: desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em < <https://www.fnde.gov.br/>> Acesso em 02 de fevereiro de 2013.

_____. **Decreto n.º 6.319**, de 15 de maio de 2008. Dispõe sobre os processos de adesão do Programa Mais Educação. Brasília/DF, 2008.

GALLO, Silvio. A educação integral numa perspectiva anarquista. In: COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Vilela (Org). **Educação Brasileira e (m) tempo integral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.p. 13-42.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Infância, Escola e Modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo, Perspectiva, 1996.

GOUVEIA NETO, Hermano. **Educador Singular**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2006.

KILPATRICK, Willian H. **Educação para uma civilização em mudança**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão**. São Paulo: Editora Cortez/ Autores Associados, 1989.

MORIYÓN, Felix Garcia (org). **Educação libertária**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/Editora da USP, 1974.

OZMON, Howard A.; CRAVER, Samuel M. **Fundamentos Filosóficos da Educação**. 6 ed. S. Paulo: Artmed, 2004.

PARO, Vitor Henrique et al. A escola pública de tempo integral: universalização do ensino e problemas sociais. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, 1988.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **A nova sociedade**. Lisboa: Estampa, 1975.

RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.

ROCHA, M. B. M. Paradigmas do moderno em educação: Francisco Campos e Anísio Teixeira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 94, p. 34-42, ago. 1995.

SECAD.MEC. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Disponível em < <https://www.portal.mec.gov.br/secad/>> Acesso em 10 de fevereiro 2013.

___ **Manual da Educação Integral para a obtenção de apoio financeiro através do Programa Dinheiro Direto na Escola**. Disponível em <https://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task...> Acesso em 11 de fevereiro de 2012.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da educação e da civilização: origem dos grupos escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Rosa Teresa; ALMEIDA, Jane Soares. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: Unesp, 1998. P. 19-62.

TEIXEIRA, Anísio. A Escola Parque da Bahia. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, n. 106, v. 47, p. 246-253, 1967.

___ **Educação não é privilégio**. 6. Ed. Comentada por Marisa Cassim. Rio de Janeiro: Editora, UFRJ, 1994.

___ **“Por que “escolar nova?”**. Bahia: Livr. e Typografia do Comércio, 1930.

___ **Uma experiência de educação primária integral no Brasil**. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, n. 87, v. 38, p. 21-33, 1962.